

O PASSADO PRESENTE NO AMANHÃ

Nasr Fayad Chaul¹
nasrchaul@gmail.com

A realização de uma singela homenagem à primeira geração de professores do antigo Departamento de História da UFG pela Faculdade de História motivou um pedido do Prof. Dr. Leandro Mendes Rocha para um texto de memória e história sobre a época que vivi intensamente, da qual fiz parte como aluno, professor e partícipe. Por talvez significar um dos docentes que, simbolicamente, é visto como “ponte” entre as duas ou mais gerações me vi compelido a atender, pedindo, de antemão, desculpas pelo caráter um tanto pessoal do que vai aqui escrito. Não poderia deixar de ser diferente, pois falar do Departamento de História da UFG é expressar uma narrativa de parcela significativa de minha vida. Aqui meus olhares procuram puxar a memória numa visão particular, pessoal, de quem viveu, trabalhou e ajudou a construir o que é hoje a Faculdade de História da UFG. Aos ausentes, que me perdoem os esquecimentos, aos presentes que me ajudem a preencher as lacunas.

Era o ano de 1978, barra-pesada na política, censura, medo e angústia, lutas silentes, guerra de nervos em todos os setores, luto. Foi o ano em que passei no Vestibular de História da UFG, o primeiro a ter uma redação, cujo tema era “O êxodo rural”. Desde 77 vinha cursando Direito na Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas, curso que não me causava emoção nem me despertava nenhum tipo de vontade em seguir carreira. Acabei concluindo e tive duas grandes importâncias na minha vida acadêmica.

Chegar pela primeira vez no ICHL, Instituto de Ciências Humanas e Letras da UFG foi um choque benéfico, tudo o que minha alma necessitava naquele momento. Gente jovem, politizada, matérias interessantes, professores gabaritados, críticos, cientes de seus papéis sociais e políticos. Chegar ali era um sopro de renovação.

¹ Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo. Professor da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás.

Naquele exato momento tive uma grande certeza: minha vida estava profundamente ligada àquele espaço de saber, coisas que o coração sente e não consegue muito bem explicar.

Ficavam claras as diferenças entre os dois cursos: um noturno onde eu era um dos caçulas da sala com toda a rebeldia da época e professores de direito muitos dos quais adeptos e ligados aos caminhos de 64 e o outro matutino, jovial, politizado, arejado... Estava em casa na UFG, no Brasil real, com a agitação estudantil, a repressão combatida, a censura que nos enojava, a luta redentora de tantos professores, a Universidade que não perdia sua capacidade crítica apesar dos pesares.

A primeira aula foi com Sérgio Paulo Moreyra que, na época, se bem me lembro, havia concluído os créditos de seu doutorado na USP e era orientando de Carlos Guilherme Mota. O Curso era de Introdução aos Estudos Históricos, onde ficamos sabendo da complexidade da História, Tempo, Método, Paradigmas, Documentos e tantos mistérios que iam, aos poucos, sendo traduzidos. Era difícil, pesado, complexo. A vontade era de pular logo pra História em si, Brasil, Moderna, Contemporânea... Mas ainda tinha o tal básico, MTI, Língua Portuguesa, Antropologia, Sociologia e tome teoria. Aos poucos os semestres iam traduzindo os desejos. Logo veio a História Antiga e Medieval com Marivone Chaim, América com Gilka Vasconcelos e Ledonias Franco Garcia, Brasil Colônia com Sônia França, Moderna com Luis Palacin Gomez, Filosofia da História com Juarez Costa Barbosa, Brasil Império com Sérgio Paulo Moreyra, Brasil República com Ana Lúcia Silva e Contemporânea com Palacin e Barsanufu Gomides Borges.

Logo a paixão pelo curso me levava a ser Monitor de Brasil Colônia, com Sônia França, por três maravilhosos anos de aprendizado. Hoje tenho mais do que certeza de como foram fundamentais para meu crescimento aquela monitoria e minha gratidão acompanha meus passos. Aproveitando algumas matérias do Curso de Direito, concluído em 1980, me formei um semestre ou um ano, não me recordo na frente de minha turma de graduação. O mundo passava a ter mais lógica, a fazer sentido, a se traduzir em livros, livros e livros. Aprendizado e conscientização era a oferta de todas as manhãs no Câmpus II.

Trabalhava em duas frentes ainda como aluno: uma pesquisa sobre Arquivos Cartoriais com Dalísia Doles e outra com Solange Rassi na catalogação do Acervo de Jesco Von Puttkamer na Área de Antropologia da antiga Universidade Católica. Um belo dia, ao abrir o jornal, me deparei com um anúncio chamando para as inscrições do Mestrado em História da UFG, dizendo que portadores de Diplomas em áreas das ciências humanas poderiam se inscrever. Meu Diploma de Direito passava a ter sua primeira validade. Não pensei duas vezes e prestei o concurso, sendo aprovado junto com duas ex-professoras, o que muito me honrava. A Dissertação pensada inicialmente era sobre a Construção de Brasília, mas o tempo não era suficiente pra tamanha façanha, mudada logo depois pra Construção de Goiânia e a Transferência da Capital, sob a orientação de Ana Lúcia da Silva.

Minhas ambições acadêmicas estavam se desenhando e logo uma de minhas colegas de mestrado, Sônia Galvão, grávida, me convidava a substituí-la no Departamento. Outros convites vieram durante alguns anos seguidos. Tive cerca de seis a sete contratos com a UFG como professor substituto, uma vez que o regime militar não abria concursos nem contratações. O Departamento ficou mais de dez anos sem poder liberar um professor para Doutorado. Por fim, em 1986 veio o contrato definitivo e pude, então, me efetivar como Professor do Departamento de História da UFG, contando meus anos passados como válidos, ou seja, o ano de 1982. Já me sentia em casa, participando de todo o processo de mudança para o regime seriado, do começo do curso de especialização, do qual fui coordenador, entre tantas outras atividades. Logo viria a change de, como vice de Sérgio Paulo, eleito que foi como Vice Reitor, dirigir pela primeira vez o Departamento. Em 1991 pude sair para o doutorado na USP sob a orientação de Maria Helena Rolim Capelato, concluindo em 1995.

O Departamento nos oferecia três possibilidades: aulas, pesquisa e funções administrativas. As duas primeiras eram naturais, a última, cada um ia aprendendo com a própria prática. De minha parte fiz toda a escala, Chefia de Departamento, Coordenador de Especialização, Coordenador da Pós-Graduação por duas vezes e Coordenador Geral da Pós-Graduação da UFG. Quase todos nós dávamos sua contribuição, o que nos ajudava a entender melhor a Universidade e suas políticas públicas.

Havia naquela geração uma responsabilidade imensa, a da construção dos rumos da historiografia goiana, a construção, em meio aos burburinhos do tempo, da face do Departamento de História, os caminhos da Pós-Graduação em História das Sociedades Agrárias, a ciência em construção. Foi uma geração que produzia os primeiros passos da História com base científica, iniciado em parceria com a USP nos primórdios dos anos setenta e que produziria os trabalhos que influenciariam os rumos da Historiografia Goiana pelas décadas seguintes.

Passava a fazer parte de um time que tinha suas divergências, mas que a própria História de Vida cuidou para que a amizade fosse um princípio maior que as diferenças políticas ou ideológicas. De todos aqueles professores, um me despertava uma curiosidade maior. Era o mais considerado pesquisador, respeitadíssimo por tudo o que fazia, lia e criticava e simples, como só os muito sábios conseguem ser: Luis Palacín Gomez, o intelectual que iria marcar profundamente minha vida acadêmica, mesmo sem saber disso.

De todos, o maior, Luis Palacín Gomez, mestre, intelectual brilhante, padre jesuíta, historiador, compreendeu desde o início que, para entender Goiás, o princípio era o princípio, ou seja, a sociedade mineradora. Sua pesquisa com base científica, análise crítica apurada, métodos específicos ao tratar o objeto de estudo e conhecimento teórico, inaugurou o caminho que a USP e a UFG abriram ao instalar o Mestrado em História nos anos 70. O trabalho de Palacín não foi, obviamente, o primeiro de cunho histórico, mas foi o precursor ao tratar a história de Goiás cientificamente. Goiás 1722-1822 trouxe-nos um marco para a historiografia que hoje chamamos de regional e abriu caminho para toda uma geração de professores que passaram a produzir seus trabalhos com preocupações regionais. Recordo ainda hoje com nitidez nossa primeira aula no curso de História Contemporânea. Distribuiu mapas da Europa em branco pra que decorássemos e foi logo perguntando quem eram os três maiores escritores de todos os tempos. Após respostas variadas, sentenciou: Proust, Joyce e Kafka. Deu uma missão pra cada um de nós: ler uma obra de cada um deles. Sobrou Kakfa, O Processo, pra mim. O responsável pelo Ulisses até hoje não voltou pra aula.

Com ele fui aluno, colega e pesquisador. Escrevemos juntos, Juarez Costa Barbosa e eu, a História Política de Catalão, publicada em 1994. Momentos de extremo aprendizado pelos arquivos de Goiás, de diversão e alguma pescaria, onde também se revelava um grande mestre. Era tricampeão de xadrez e adorava natação e tênis, seus esportes preferidos aos quase 70 anos de vida. Era um exemplo e um excelente diálogo. Tivemos bons embates quando concluí minha Tese de Doutorado e ele não concordava com algumas idéias. Sua morte me deixou mais que órfão, me deixou numa espécie de solidão acadêmica, como quem perde um pai e uma referência.

Para a primeira geração de historiadores, era necessário descobrir Goiás e os primeiros estudos de cunho acadêmico foram elaborados nesse campo. Era necessário desvendar o Goiás Colonial, sua vida administrativa, sua economia, sua política, o ouro e a vida goiana no século XVIII, índios, bandeirantes, colonização, miscigenação... Seguiram-se preocupações com as comunicações fluviais, o Araguaia e o Tocantins (Dalísia Doles), com a Escravidão em Goiás (Gilka Vasconcelos), o Povoamento do Sul de Goiás (Maria França), As Colônias de Povoamento (Eliane Dayrell), entre tantos outros, até chegar ao rico período da primeira república, com estudos centrados principalmente no Coronelismo.

Havia um começo, mas um começo problemático, já que o salto por sobre o Império criava uma espécie de buraco negro difícil de ser superado pelas gerações posteriores. Sérgio Paulo Moreyra esboçou uma grande viagem, inconclusa, embora com alguns textos publicados, pelo Goiás Imperial e Maria Amélia Alencar tratou das estruturas fundiárias, mas nada ao nível do número de trabalhos que temos sobre o Goiás Colonial e Republicano. Assim, a primeira república passou a liderar o referencial de estudos e nos legou um dos melhores momentos sobre o que estamos tratando de Revisitação Historiográfica em Goiás, ou seja, para a historiografia goiana, o Coronelismo tem se constituído em tema atuante e repleto de divergências interpretativas, capaz de empreender buscas e resgatar interpretações diferenciadas entre as ciências sociais e a história. Desde “História de uma Oligarquia: Os Bulhões”, de Maria Augusta de San’Anna Moraes, passando por Dalísia Doles e Lena Castelo Branco, até o clássico “Coronelismo em Goiás” de Francisco Itami Campos, caminhando pelo “Coronelismo no Extremo Norte de Goiás” de Luis

Palacín Gomez, temos visto multiplicidades de análises e estudos sobre o tema Coronelismo, com algumas nuances interpretativas, mas quase sempre sobre o mesmo tom analítico aos moldes dos estudos mais freqüentes que as ciências sociais proferiram desde o clássico texto de Maria Isaura Pereira de Queiroz.

Em “Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade”, anos mais tarde, nos propusemos a desconstruir a idéia de “atraso” para a análise do Coronelismo em Goiás ao longo da Primeira República. Neste livro, publicado em 1997, defendemos a idéia de que não é historicamente sustentável, a teoria de Itami Campos, para quem as oligarquias dominantes em Goiás na Primeira República de tudo fizeram para manter o Estado atrasado como forma de continuidade de seu poder político. Para nós, foi a época em que, economicamente, Goiás mais se desenvolveu, fruto dos trilhos da estrada de ferro, além de que, politicamente, foi o período em que, por duas vezes, nos vimos representados em nível federal pelos Bulhões, ocupando a pasta da Fazenda em dois dos governos federais. Chamamos a atenção também para o fato de que o que levou as oligarquias, em alguns momentos, a serem contra os trilhos da estrada de ferro, não significava serem as mesmas adeptas da teoria do atraso e sim pelo seu vínculo com projetos de navegação fluvial.

A Sociedade Agrária em Goiás na Literatura de Hugo de Carvalho Ramos, de Maria Sônia França, abria uma perspectiva de análise que envolvia literatura e história, mas que nosso ortodoxismo marxista dos anos 80 não permitiu que o víssemos a contento. Transportes ferroviários e rodoviários vieram a se somar à Revolução de 1930, como o excelente trabalho de Ana Lúcia da Silva, A Revolução de 30 em Goiás, e as preocupações com a Construção de Goiânia e a Transferência da Capital, possibilitando uma boa análise sobre o rico processo histórico dos anos 20 ao estado novo. Seguiram-se estudos sobre o Governo Mauro Borges, o Golpe de 64 e o Governo Iris Resende, mas ainda esparsos e carentes de uma maior produção reflexiva, embora o trabalho de Cileide Alves sobre Iris Resende tenha recuperado o terreno contemporâneo da política goiana.

Hoje, com a imensa produção muitas dessas lacunas foram preenchidas e inúmeros trabalhos, tanto da UFG como da PUC, representam o alto nível de desenvolvimento da Historiografia goiana contemporânea. O

reconhecimento pelos trabalhos pioneiros, portanto, numa época de pouca referência bibliográfica e reflexões inexistentes, precisa ser relevado. Se hoje, a Faculdade de História da UFG homenageia esses intelectuais, a produção importante de cada um é o reconhecimento maior. A obra é maior que o indivíduo.

Nem tudo eram flores no antigo Departamento de História da UFG. Havia um perfil traçado de tarefas e muita discussão em torno de tudo. Era que meio a meio, marxistas de um lado e weberianos de outro. Respeito às diferenças e críticas aos posicionamentos. Em algumas reuniões de Departamento o conflito se acirrava e as vozes passavam de limites impensáveis no cotidiano. Nascia e morria ali dentro como toda boa desavença. Alguns tinham seu universo político e ideológico definido e militavam em bases partidárias ou em movimentos de base, outros se dedicavam a pesquisa e à produção, todos buscavam formas de sobreviver aos percalços dos anos de chumbo, fosse nos movimentos sociais, fosse na ESG. Havia, a meu ver, um problema: um decreto de 1968 tinha determinado que todos os professores em determinado grau seriam automaticamente elevados à categoria de Titular, mesmo sem o Título de Doutor. Junto com a carência de verbas para projetos de pesquisa, sem bolsas pra qualificar alunos e professores, muitos se acomodaram e deixaram de efetivar pesquisas que sonharam e cursos que poderiam ter feito. No Governo Collor, outra ducha fria: a aposentadoria em massa e o retorno de todos que ocupavam cargos fora. Alguns se aposentaram, outros voltaram e passaram a cooperar com o Departamento. Pra mim que voltava do doutorado nos anos noventa e havia saído como o caçula do Departamento, retornava como um dos mais antigos, pra se ver a onda de aposentadorias em curso. Novas caras se faziam presentes, Noé Freire Sandes, José Antônio Camargo, Valdinice Nascimento, Olga Cabrera, Leandro Rocha e tantos outros que se seguiram depois ou mesmo na época. Junto com Maria Amélia Alencar e Heliane Prudente, eu e Barsanufu Gomides Borges fazíamos a “ponte”.

É preciso lembrar que todos nós fazíamos parte do antigo ICHL, Instituto de Ciências Humanas e Letras, reunindo todos os cursos de Ciências Sociais, História, Letras, Filosofia e Comunicação. As reuniões de Congregação eram antológicas e quando havia uma fala inspirada do Professor

Francisco Linhares da Filosofia eram divertidíssimas, mesmo que o tema fosse uma greve ou uma decisão de difícil teor. Chiquinho Linhares falava por vários minutos de divagação profunda sobre tudo e nada que nos encantava e devolvia nosso humor com suas sempre lúcidas conclusões. Havia grupos de ideologias próximas e amigas de longas datas, quase uma cumplicidade nos posicionamentos e nos interesses individuais e/ou coletivos. Talvez o fato de que a maior parte do corpo docente era fruto da terra, amenizada maiores desconfortos e rivalidades. Talvez. Logo, porém, a Comunicação e Letras criaram universos e espaços próprios e nós, História, Ciências Sociais e Filosofia, fundamos a Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, FCHF. Hoje, cada qual com seus caminhos, temos as três Faculdades, processo de longa duração e muita discussão até a maturidade dos caminhos individuais prevalecer.

Hoje temos o que considero uma segunda geração, embora alguns já vejam uma terceira ou quarta. Quase trinta professores doutores, uma imensidão de publicações, cordialidade que continua, a exemplo do começo do antigo departamento, amizades que se solidificam, críticas e discordâncias como deve ser uma Faculdade de História. Crescimento, maturidade e alta produção acadêmica retratam hoje a Faculdade de História, além, é claro, de um grande comprometimento com a Graduação e a Pós. Professores de diversos estados da federação, uns com quase vinte anos ou mais de UFG, demonstrando para quem quiser ver que vieram pra ficar, para ajudar a Faculdade de História chegar ao nível de seu merecimento e a Pós-Graduação caminhar rapidamente para a nota 5 na Avaliação da Capes.

Essa geração, onde poucos tiveram contato com os fundadores do Departamento de História, não se esqueceu do Reconhecimento e presta a devida homenagem aos “professores aposentados”, muitos ainda em franca atividade. De nossa parte o orgulho desse pertencimento, tanto como membro do antigo Departamento de História como da Faculdade de História. Do passado, a História, as lembranças, os primórdios; do presente a somatória de forças em prol do melhor ensino, pesquisa e extensão, enfim de uma UFG de reconhecimento local e nacional. Do amanhã, a utopia, independente do autor citado, da frase mais bonita, da bibliografia mais atual, a utopia enquanto sonho possível de ser realizado. O Passado presente no amanhã.

Goiânia, 20 de dezembro de 2009.